

ETAPA 2

1. A prisão preventiva é uma medida cautelar que, embora prevista em lei, deve ser interpretada à luz dos princípios constitucionais e da lógica do processo penal democrático.

Considerando esse instituto:

a) Discorra sobre a natureza jurídica, os pressupostos de cabimento e as hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva, explicando sua função no processo penal. Em sua resposta, aborde os princípios constitucionais que regem o instituto.

b) Em uma situação envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, o Ministério Público, durante a audiência de custódia, requereu fossem fixadas medidas cautelares diversas da prisão, nos moldes do art. 319 do Código de Processo Penal, tendo o Juízo decretado a prisão preventiva. O Magistrado agiu corretamente? Justifique.

2. À luz dos princípios e normas constitucionais e do Direito Processual Civil, responda de forma objetiva e direta aos itens a seguir – indicando, quando cabível, os dispositivos normativos pertinentes (sem a necessidade de transcrevê-los).

1) Coisa julgada: (1.1) conceito; (1.2) limites objetivos e subjetivos; (1.3) diferenciação entre coisa julgada formal e material.

2) Ação rescisória: (2.1) finalidade; (2.2) pressupostos; (2.3) juízo competente.